

O novo comportamento dos cristãos diante da política

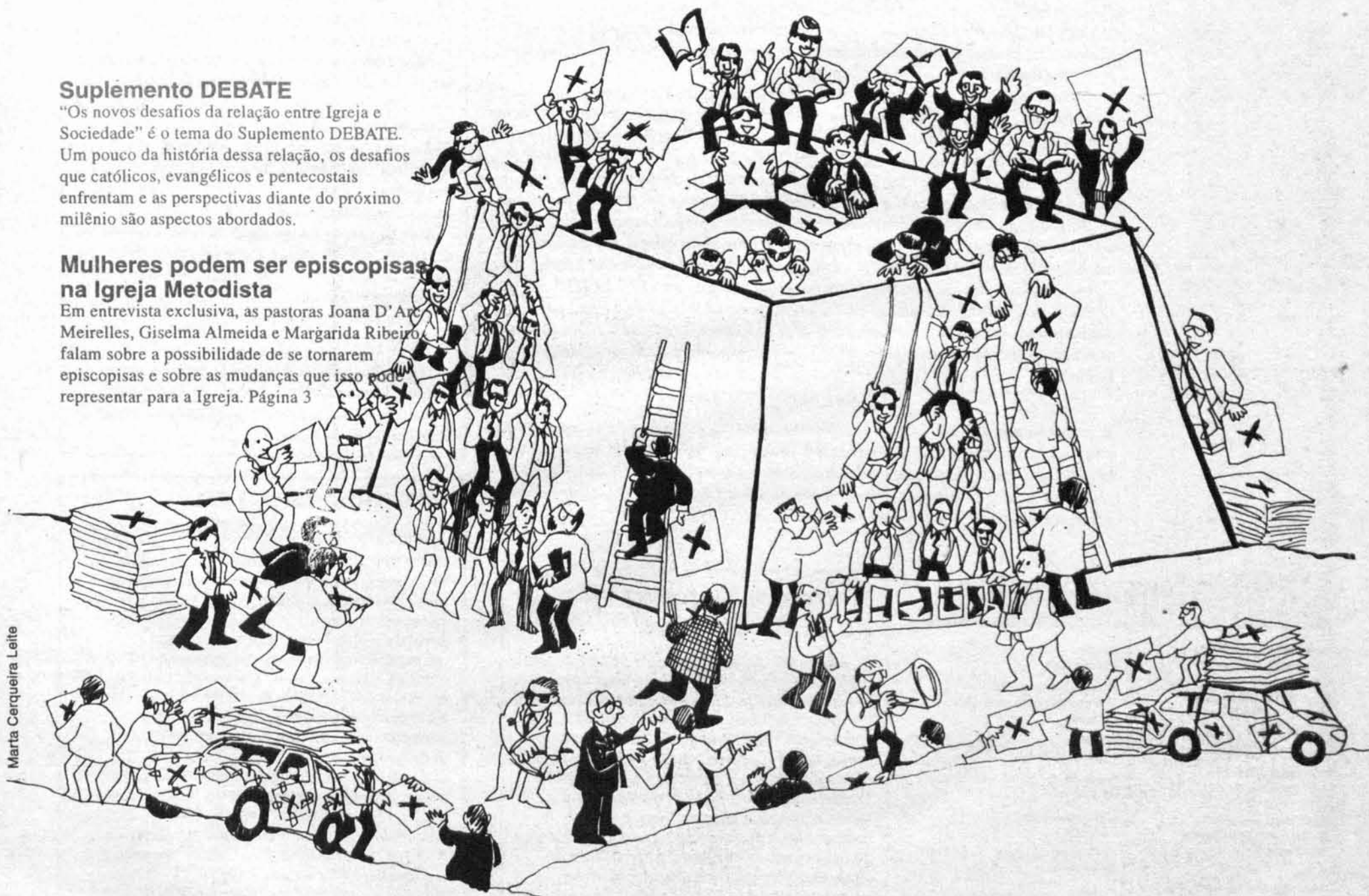
De um total absenteísmo político — “crente não participa de política” — para uma presença vez mais crescente. É assim que se caracterizam os evangélicos diante da política, com atenção especial para os pentecostais. Mas, como se dá essa participação: troca de favores em benefício próprio? Postura de servilismo diante dos poderes dominantes? Mudança na forma de entender o envolvimento político, para um compromisso maior com a luta pela cidadania? Engajamento nos partidos progressistas? Atitude sectária, com a formação de partidos evangélicos? CONTEXTO PASTORAL apresenta o tema, e procura refletir sobre essa novidade não tão nova assim, mas com desdobramentos na forma como cristãos marcam presença e influem nas mudanças na sociedade. Páginas 5 a 8

Suplemento DEBATE

“Os novos desafios da relação entre Igreja e Sociedade” é o tema do Suplemento DEBATE. Um pouco da história dessa relação, os desafios que católicos, evangélicos e pentecostais enfrentam e as perspectivas diante do próximo milênio são aspectos abordados.

Mulheres podem ser episcopisas na Igreja Metodista

Em entrevista exclusiva, as pastoras Joana D’Arcy Meirelles, Giselda Almeida e Margarida Ribeiro falam sobre a possibilidade de se tornarem episcopisas e sobre as mudanças que isso pode representar para a Igreja. Página 3



De portas abertas para a participação política

Houve um tempo em que, nos períodos eleitorais, evangélicos tinham quase nenhuma importância e eram deixados de lado na busca de votos ou mesmo de cabos eleitorais. Nada mais normal, principalmente porque, com raríssimas exceções, o que reinava era um total afastamento das coisas do "mundo" e, conseqüentemente, um absenteísmo político de dimensões colossais. Políticos evangélicos, então, nem pensar. A máxima de que "crente não se mete em política" era cantada em verso e prosa por todas as igrejas e sua membresia.

Pouco a pouco, porém, o quadro foi mudando, e hoje defender a alienação política desse grupo é, no mínimo, anacrônico. Candidatos de todas as correntes ideológicas cortejam os evangélicos na busca de apoio e de votos, pois sabem da força multiplicadora do grupo. Mas a grande novidade, nessa mudança, é que os próprios evangélicos — especialmente os pentecostais — assumem o papel de protagonistas no processo político-partidário ao disputarem cargos de vereadores, prefeitos, deputados e senadores. Hoje um sem-número deles estão em posições de lideranças e outra quantidade não pouco numerosa deseja se eleger nas eleições que se aproximam.

Acresce a esse fato o surgimento de grupos que se organizam para refletir de que forma os evangélicos devem e podem participar do processo político na busca de garantir os direitos da cidadania. Esse é o caso, por exemplo, do Movimento Evangélico Progressista (MEP).

No âmbito católico, o quadro é mais pulverizado, mas observa-se que grupos têm-se organizado para atuar de maneira mais direta nas decisões políticas do País. O lobby no Congresso Nacional para encaminhar discussões sobre ensino religioso nas escolas, aborto, planejamento familiar, etc., e a criação de um partido próprio, iniciativa dos carismáticos, são exemplos marcantes.

Sejam quais forem as realidades, o que chama a atenção e preocupa é o modo de inserção dos cristãos na pauta política. Os interesses que buscam são voltados para o próprio umbigo ou possuem uma dimensão mais abrangente no sentido de favorecer toda a população? A existência de lobbies particulares — ou mesmo partidos — não sugere um ranço de arrogância no sentido de defenderem que são esses grupos os únicos portadores de atitudes e posturas que resolvam os problemas do Brasil? Como explicar a contradição da fervorosa busca de converter as pessoas a Cristo, e a postura sectária no campo político na medida em que sempre surge a idéia de criação de partidos "de evangélicos" ou "de carismáticos católicos"?

Essas indagações são pano de fundo para a discussão que CONTEXTO PASTORAL propõe nesta edição. Não se pretende respondê-las todas, mas por meio das contribuições aqui apresentadas convidar os leitores a refletirem sobre o tema num momento extremamente especial da conjuntura política do País, as eleições municipais.

Acompanha esta edição mais um suplemento DEBATE, cujo tema é a relação Igreja e Sociedade. De que forma os cristãos têm se engajado na sociedade ao longo da história — como protagonista ou numa perspectiva supletiva —, que ações são propostas e quais os desafios dessa relação na virada do milênio são alguns dos aspectos discutidos. Boa leitura!

CARTAS

Escreva para CONTEXTO PASTORAL — Rua Santo Amaro, 129, Glória, 22211-230, Rio de Janeiro, RJ, fax: (021) 221-3016.

Claudio, companheiro,

Acabei de ler seu artigo sobre as CEBs em CONTEXTO PASTORAL e quero fazer uma observação crítica a respeito do tratamento que você lhes dá no pretérito. (...) Será que (as CEBs) não são mais uma "nova forma de ser Igreja" cuja referência básica continua sendo a busca de uma sociedade igualitária, participativa e firmada nos princípios da justiça? Deixaram de ser contraposição ao modelo econômico capitalista? A Teologia da Libertação não continua buscando compreender a realidade por meio de mediações científicas, julgá-las conforme a tradição bíblica e profética e indicar nova inserção dos cristãos?

Aliás, eu já tinha reparado o mesmo uso do pretérito em seu artigo "Novos desafios para um novo milênio" (Revista Perspectiva Teológica 27, p. 195), mas sendo ele um artigo mais acadêmico, pensei que você tivesse apenas se submetido à moda. Mas a questão é séria: as CEBs são ou não uma realidade na Igreja hoje? Não se pode comparar a realidade de hoje com a idealização passada. Eu, que acompanho as CEBs há tempos, não tenho nenhum dado seguro para dá-las como coisas do passado. Ao contrário: a preparação do 9º Encontro tem me parecido mais viva que a dos anteriores, apesar de toda a conjuntura eclesial, socioeconômica e política desfavorável. (...)

Isso não significa que tudo vá bem, nem que os desafios que você coloca não sejam pertinentes. Há muitas coisas novas a serem desenvolvidas e algumas coisas velhas que podem ser jogadas fora. (...)

Pedro Ribeiro de Oliveira

Juiz de Fora/MG

(N. da Redação: A carta foi remetida ao autor do artigo "Comunidades Eclesiais de Base: passos e impasses", Claudio Ribeiro, publicado na edição de maio-junho deste jornal.)

PÓS-GRADUAÇÃO EM TEOLOGIA E MINISTÉRIOS

KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço e McCormick Theological Seminary (Chicago-EUA) estão oferecendo o Curso de Pós-Graduação *latu sensu* em Teologia e Ministérios. A iniciativa faz parte do projeto "Educação para a Missão", cooperação internacional em educação teológica entre as duas entidades, e tem como objetivo promover um processo de intercâmbio na reflexão teológica que respeite as particularidades socioculturais e as questões comuns dos participantes.

O curso será ministrado em três módulos, que serão realizados em fevereiro de 1997, 1998 e 1999 no Rio de Janeiro. No programa, dividido em três unidades, incluem-se disciplinas como Teologia e Bíblia, Teologia e Cultura, Religião e Sociedade, Fé e Política, Teologia e Mercado, Teologia e Ecumenismo, e Igreja e Novos Movimentos Religiosos.

Informações: KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
Rua Santo Amaro, 129 Glória
22211-230 Rio de Janeiro RJ
Tel. (021) 224-6713 Fax (021) 221-3016

CONTEXTO PASTORAL

Publicação bimestral de
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
(Rua Santo Amaro, 129
22211-230 Rio de Janeiro/RJ
Tel. 021-224-6713 e f
ax 021-221-3016)

Conselho editorial
José Bittencourt Filho
Lúcia Leiga de Oliveira
Tânia Mara Sampaio
Rafael Soares de Oliveira
Emil Schubert

Editor
Paulo Roberto Salles Garcia
(MTb 18.481)

Editores assistentes
Jether Pereira Ramalho
Magali do Nascimento Cunha

Editora de arte e diagramadora
Anita Siade

Redator
Carlos Cunha

Fotolito e impressão
Tipológica Comunicação
Integrada

Tiragem
10 mil exemplares

Preço do exemplar avulso
R\$ 3,00

Assinatura anual
R\$ 12,00

Assinatura de apoio
R\$ 18,00

Exterior
US\$ 18,00

Os artigos assinados não
refletem necessariamente
a opinião do jornal.

"Fazendo Histórias — As CEBs do Brasil"

As histórias das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), seus primórdios, lutas e martírios, provas de amor-serviço estão contadas no vídeo "Fazendo Histórias — As CEBs do Brasil". Com a colaboração das Comunidades do Maranhão, Bahia, São Paulo, Mato Grosso e Rio de Janeiro, o vídeo tem ainda a participação de d. Pedro Casaldáliga, Leonardo Boff, d. Mauro Morelli, Milton Schwantes e outros irmãos e irmãs companheiros da caminhada das CEBs. Trata-se de um excelente subsídio em preparação ao Nono Encontro Intereclesial, que reunirá representantes das CEBs de todos os cantos do Brasil, em julho de 1997, em São Luís do Maranhão. Preço: R\$ 24,00.

Maiores informações com:
KOINONIA Presença Ecumênica e Serviço
tel. (021) 224-6713 ou fax (021) 221-3016

A PRESENÇA FEMININA NO EPISCOPADO METODISTA

ENTREVISTA COM GISELMA ALMEIDA, JOANA D'ARC MEIRELES E MARGARIDA RIBEIRO
Por Paulo Roberto Salles Garcia

Em julho do ano que vem, o Concílio Geral da Igreja Metodista vai se reunir para escolher os bispos que vão dirigir a igreja. A grande novidade é a presença de três mulheres na disputa. Duas — Joana D'Arc Meireles e Giselda Almeida Pereira — são do Rio de Janeiro, e uma — Margarida Ribeiro — é do Rio Grande do Sul. Em entrevista a CONTEXTO PASTORAL, as presbíteras falam dos avanços que a igreja tem experimentado e dos desafios que a eleição de uma mulher pode representar para metodistas e outros cristãos.

Mudou alguma coisa na Igreja Metodista ao longo da história no que se refere à presença e atuação da mulher?

Margarida Ribeiro — A mulher vem conquistando espaço inicialmente como educadora, missionária, e hoje está presente nas igrejas locais, nos ministérios, nas sociedades de mulheres, jovens, como diaconisas, educadoras, missionárias, seminaristas, pastoras, presbíteras, teólogas, superintendentes distritais, na coordenação de atividades regionais e nacional. E agora, as primeiras indicações ao episcopado. Quanto ao que mudou, cabe-nos perguntar como estaria a Igreja Metodista sem a presença da mulher.

Joana D'Arc Meireles — A atuação das mulheres tem sido muito forte e grande. Elas são a igreja. Pelas condições patriarcalistas e machistas, elas não participam da liderança e da hierarquia. Nos últimos vinte anos, porém, as coisas mudaram bastante. A nova Constituição e novas leis que favorecem às mulheres acabaram repercutindo na igreja e elas estão tendo espaço na formação acadêmica, na liderança. A igreja tem um novo rosto.

Giselda Almeida — Depois de vinte anos de participação de mulheres no ministério pastoral, novas frentes de trabalho e de lutas vêm despontando. Necessitamos entender esse processo historicamente, pois elas sempre ocuparam uma determinada posição na vida da Igreja. O que se questiona é que tipo de espaço nos foi atribuído. Muitas conquistas foram feitas, e depois da ordenação feminina passaram a ser outros os interesses na Igreja e na sociedade. Mudou a forma da leitura bíblica, o respeito pelo trabalho das mulheres, uma releitura a partir de gênero, a licença-maternidade e a própria indicação de mulheres ao episcopado.

A eleição de uma episcopisa deve mexer com a estrutura da Igreja Metodista e de outras confissões religiosas?

Margarida — Certamente iria demonstrar que estamos nos dispondo a enfrentar os entraves culturais impostos pela sociedade e nos aproximando do ser imagem de Deus no mundo, reconhecendo que o homem e a mulher podem contribuir para o exercício da Missão, cada um com suas peculiaridades. Quanto às estruturas, nos cânones da Igreja Metodista encontramos que a forma de governo é episcopal, e ainda no artigo 87 que "o bispo é um presbítero ativo e a episcopisa é uma presbítera ativa eleitos pelo Concílio Geral e consagrados de acordo com o ritual...". Por que não partir dos documentos e experimentar a ação?

Joana — Isso não vai acontecer a curto prazo, mas espero que signifique uma alteração no que se refere ao gênero, não mais uma estrutura centralizada e patriarcalizada. Certamente que a eleição pode influir nisso. Em outras igrejas, como a Batista, já existem muitas mulheres teólogas. Se uma mulher for eleita, isso certamente vai fortalecer a luta.

Giselda — Já está mexendo com os ânimos de muita gente. Em nível local e regional já mexeu, por isso as indicações dos nomes de mulheres ao episcopado. Respeito a posição de outras confissões religiosas, no entanto vários grupos têm declarado apoio e solidariedade, enquanto outros estão contra. Mas isso é normal, ainda mais que tudo é novidade, e o novo é sempre difícil e exige reflexão.

Há na Igreja Metodista tendências doutrinárias que acabam por dividi-la em alguns momentos. O que vale mais: eleger uma mulher (pelo fato de fortalecer e legitimar o espaço da mulher) ou optar por outra alternativa que vá ao encontro do que defende a Igreja em termos de abertura ecumênica, compromisso com projetos pastorais de solidariedade e envolvimento com a comunidade?

Margarida — Vale é ser sinal vivo e presente do Reino de Deus, e isso implica em nos dispormos a lutar contra os sinais de morte, que nos afastam uns dos outros, dividem, atrapalham, tornando-nos cada vez menos "humanos". Como diz João Wesley: "No essencial, unidade, no não essencial liberdade, mas em tudo haja amor".

Joana — Não sei o que vale mais. Vivemos numa igreja onde há grupos de pessoas que pensam que só elegerão mulheres se elas forem competentes. Por essa vertente machista, estão pouco se importando com o que a igreja deseja. Os que vêem que está na hora de eleger uma mulher também não estão preocupados com uma igreja autônoma e ecumênica. Gostaria muito de discutir — com ho-



As pastoras Giselda, Joana D'Arc e Margarida têm chances de serem eleitas episcopisas

mens e com mulheres — que igreja queremos para o país, que relevância temos para o povo brasileiro. Tenho uma concepção de gênero dentro da visão eclesial segundo a qual não é o fato de ser homem ou mulher, ou apenas ser competente. Optaria por uma igreja diferente.

Giselda — A Igreja Metodista está bem envolvida nos diversos segmentos da sociedade e é multiforme. Isso mostra que está se relacionando com os movimentos ecumênicos, com projetos pastorais e de solidariedade na comunidade que a cerca. Eleger uma mulher para o episcopado não interrompe nenhum processo, ao contrário é mais um avanço. Não se trata de optar por uma alternativa ou outra. Todas são importantes e têm seu valor. "Uma comunidade missionária a serviço do povo" precisa estar atenta ao seu chamado profético e missionário.

Uma cultura machista ainda permeia a estrutura da sociedade e da Igreja. Na eleição para bispo, para onde vão os votos das mulheres? E os dos homens?

Margarida — Primeiramente, convém salientar que o maior número de votantes são homens. Mas queremos crer que as pessoas presentes no Concílio Geral são aqueles(as) em quem a Igreja deposita a sua confiança. E que sejamos também coerentes e não nos deixemos levar por questões indevidas que acabam privatizando a ação do Espírito de Deus. É necessário não ter medo do novo, pois a própria Palavra nos diz: "Transformai-vos pela renovação da vossa mente, para que experimenteis qual seja a boa, agradável e perfeita vontade de Deus". Esperamos que cada um/a indistintamente exerça o seu direito ao voto e o faça com dignidade visando o exercício da Missão.

Joana — As duas coisas vão acontecer: as delegadas vão votar em mulheres e em homens, e os homens vão votar em mulheres.

Giselda — É claro que temos ainda uma cultura machista, no entanto muitas mulheres venceram a barreira cultural e conseguem ocupar e exercer seu trabalho

com competência e dignidade. Quem nos indicou foi a Igreja, composta por homens e mulheres. No Concílio Geral deverá acontecer o mesmo, todos e todas são livres para fazer as suas escolhas.

Que fatores vão pesar na escolha de mulheres para o episcopado?

Margarida — O trabalho desenvolvido, até então pelo(as) indicados(as) ao episcopado será um dos pontos relevantes. Esperamos que a "discriminação" não seja evidenciada, pois "Dessarte não pode haver... nem homem, nem mulher, porque todos vós sois um em Cristo Jesus". Temos que romper as barreiras que nos impedem de nos encontrarmos como irmãos e irmãs a serviço do Reino.

Joana — Como a sociedade é machista, a questão da competência, da experiência, ter bom discurso, tudo isso pode criar divisores. O próprio fato de ser mulher já é um fator também.

Giselda — Há os atuais bispos, que são candidatos à reeleição, depois vem a escolha de outros ou outras para completar o Colégio Episcopal. É possível então se chegar a uma, duas ou três mulheres. Nossa luta é para elegermos as três. Cada concílio tem uma história própria e vai depender da tendência do momento.

Há chance de serem eleitas?

Margarida — Na caminhada da mulher metodista, a chegada ao episcopado é mais um passo. E este marco a Igreja Metodista ali representada vai dizer se é o momento. Realmente há chances, mas creio que, mais do que para as candidatas ao episcopado, a Igreja terá a oportunidade de ter a contribuição da mulher também no Colégio Episcopal.

Joana — Não arrisco um palpite; há probabilidade de 100% de ser eleita e de não ser. Tudo pode acontecer.

Giselda — A Federação e a Confederação das Sociedades de Mulheres estão se mobilizando para chegar lá. Tudo pode acontecer. Precisamos esperar com paciência.

Congresso do MEP repudia neoliberalismo

Sob o tema "Esquerda cristã: reconstruindo utopias e desenvolvendo esperanças", cerca de cem pessoas, representantes de doze denominações eclesísticas de diversas partes do país, se reuniram de 6 a 9 de junho em Paripueira (Alagoas) no II Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista (MEP).

Os participantes não pouparam críticas à nova ordem internacional caracterizada pelo neoliberalismo e à concentração de renda "que beneficia banqueiros, latifundiários e políticos burocratas em detrimento dos sem-terra, sem-teto, meninos de rua, trabalhadores em geral e aposentados que vivem um período de aflição e desesperança", destaca o documento final do congresso.

Alicerçados na crença de que Deus age na história e alegres com as ações concretas na luta em favor dos excluídos e com a crescente conscientização política dos evangélicos, os participantes fizeram um apelo: "Convidamos os cristãos brasileiros a este mutirão, para que celebremos a cada dia a possibilidade, demonstrada historicamente, de reconstruirmos utopias e vivermos firmados na esperança".

"Está nascendo um novo tipo de crente: líder de sindicato, deputado, vereador, líder de movimento estudantil, militante de partidos políticos de esquerda, um militante crente e um crente militante", come-

mora o teólogo e pastor presbiteriano, Luiz Longuini Neto, que esteve em Paripueira.

Na opinião dele, o MEP está fazendo história no atual contexto e mostra que "é possível ser evangélico e não ser manipulado pela corrupção e pela injustiça que tem marcado a política brasileira nos últimos anos". E completa: "(MEP) propõe um novo estilo de militância e formará uma grande frente reunindo cristãos e cristãos comprometidos com a paz e com a justiça".

Estudo mostra perfil dos evangélicos no RJ

A mais recente pesquisa feita no País sobre igrejas evangélicas revela que elas continuam se expandindo velozmente. No Rio de Janeiro, universo do estudo realizado pelo Instituto de Estudos da Religião (Iser), a cada ano cem mil pessoas se convertem aos grupos evangélicos, das quais a maior parte (61%) é originária da Igreja Católica. Hoje existem cerca de 1,5 milhão de evangélicos na região metropolitana do Rio — o equivalente a 15% da população local.

Segundo o estudo, intitulado "Novo nascimento: os evangélicos em casa, na igreja e na política", a Igreja Universal do Reino de Deus e a Assembléia de Deus, as que mais crescem, são as que abrigam os fiéis mais desfavorecidos do ponto de vista socioeconômico. Na Universal, 63% dos seguidores ganham menos de dois salários mínimos, 50%

têm menos de quatro anos de escolaridade e 70% são negros e pardos. Na Assembléia, 62% ganham até dois salários mínimos. No grupo das igrejas históricas, a situação é diferente: 55% dos fiéis ganham mais que dois salários, 42% têm mais de nove anos de escolaridade e 54% são brancos.

Outra revelação importante: os evangélicos defendem maior participação da mulher na hierarquia das igrejas. Dos entrevistados, 57% concordam que a mulher pode ocupar cargo de bispo, 63% acham que elas podem ser pastor, 77% diácono, 92% evangelista e 95% tesoureiro. (O Estado de São Paulo, 17/6/96)

Tensão racial nos EUA aumenta com incêndio em igrejas

Foram presos os primeiros suspeitos por recentes incêndios criminosos em igrejas frequentadas por negros na região sul dos Estados Unidos. Uma adolescente branca de 13 anos foi acusada de ter colocado fogo em uma igreja presbiteriana, em Charlotte, Carolina do Norte.

Três homens brancos foram detidos em Greenville, Texas, sob suspeita de terem incendiado pelo menos duas igrejas evangélicas. Nos últimos 18 meses, 33 igrejas de negros foram vítimas de incêndios supostamente criminosos.

O presidente Bill Clinton falou sobre o assunto em seu programa semanal de rádio, e prometeu que o governo tomará providências para interromper a série de incêndios. A se-



IGREJA E ELEIÇÕES

Igreja Universal decide apoiar PFL em SP

A Igreja Universal do Reino de Deus decidiu apoiar o PFL nas eleições municipais em todo o estado de São Paulo. Se o PFL lançar candidato próprio ou decidir coligar-se com outros partidos, terá apoio da igreja de Edir Macedo. O coordenador político da Universal, pastor Ronaldo Didini, disse que "o PFL é o que mais se aproxima da 'ideologia' da igreja".

Outro aspecto que pesou na decisão, segundo Didini, é "o fato de o PFL em São Paulo ser dirigido por um evangélico (Antonio Cabrera, secretário estadual de Agricultura), o que une ainda mais a igreja ao partido". O coordenador político anunciou também que a igreja não mais apoiará o candidato Francisco Rossi (PDT), também evangélico, na cidade de São Paulo, possibilidade que chegou a ser pensada.

A igreja tem cerca de 160 candidatos no Estado, entre eles filiados ao PPB, PSDB e

PTB. O partido com maior número de candidatos é o PFL: cerca de 40. (FSP, 27/3/96)

Assembléia de Deus 'fecha' com candidato de Maluf

O presidente da Assembléia de Deus no Brasil, Manoel Ferreira, disse que os eleitores paulistanos fiéis à igreja, que ele calcula em 700 mil, votarão no candidato do PPB à prefeitura, Celso Pitta.

O líder evangélico disse também que não descarta a possibilidade de a igreja dar apoio financeiro a Pitta. O prefeito Paulo Maluf (PPB), que visitou com Pitta a sede da igreja, disse que quer só o voto dos evangélicos. "Nunca peço dinheiro".

Ferreira informou que os pastores vão falar do candidato durante os cultos e que tentará convencer os demais líderes evangélicos a apoiar o pebeista. "Como o corpo acompanha sempre a cabeça, eu sei que os fiéis vão votar no Pitta". (FSP, 26/6/96)

cretária da Justiça, Janet Reno, reuniu-se em Washington com líderes religiosos negros e disse que vai "devotar todos os recursos necessários" para "colocar esses incendiários no tribunal".

O Conselho Nacional de Igrejas, que reúne quase todas as correntes do protestantismo nos Estados Unidos, resolveu levantar US\$ 1 milhão para ajudar a reconstruir os prédios. (Folha de São Paulo, 11/6/96)

Diocese de Caxias promove debate sobre ecumenismo

Como parte das comemorações dos 15 anos da Diocese de Duque de Caxias e São João de Meriti, foi realizado no dia 9 de julho um debate sobre os desafios da prática ecumênica. Participaram os pastores Zwinglio Dias, da Igreja Presbiteriana Unida, Claudio Ribeiro, da Igreja Metodista, os leigos Celso Cárias (católico),

Anivaldo Padilha (metodista) e o bispo dom Mauro Morelli.

Todos enfatizaram a busca de uma sociedade mais justa e fraterna como motivação da vivência ecumênica. Para Zwinglio Dias, ao lado desse desafio, "está a necessidade de autocritica e de reconhecimento das práticas imperiais de cristãos em relação às demais expressões religiosas". Dom Mauro Morelli ressaltou que "é importante se aprender com o outro, como sinal de humildade evangélica e caminho para a fraternidade". Durante as atividades de aniversário, foi lançado o vídeo "Fazendo histórias — As CEBs do Brasil", produzido por KOINONIA e que retrata a história, os sonhos e os desafios das Comunidades Eclesiais de Base no País às vésperas de completar 30 anos e próximo do Nono Intereclesial. O vídeo teve lançamentos também em Valença (BA), Feira de Santana (BA), Rio de Janeiro e São Luís do Maranhão (MA).

Unidade nas diferenças

O sonho da paz — A unidade nas diferenças: ecumenismo religioso e diálogo entre os povos é o novo livro do frei católico Marcelo Barros, publicado pela Editora Vozes. A obra é resultado da experiência do autor no campo do diálogo ecumênico e inter-religioso e também do trabalho que vem desenvolvendo com as igrejas pentecostais da comunidade de Goiás (GO).

Mais do que um estudo téc-



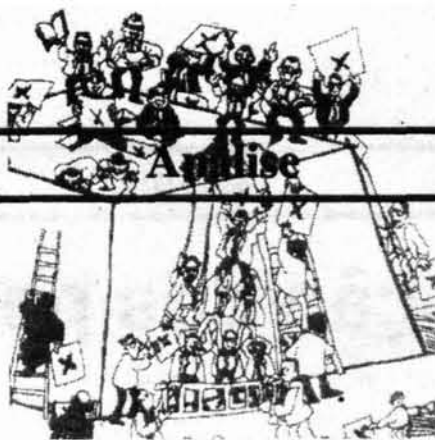
nico sobre o ecumenismo ou sobre o diálogo inter-religioso e intercultural, Marcelo de

Barros sugere uma meditação bíblica, espiritual e ética sobre a vocação que todas as pessoas que crêem em Deus têm para viver e construir a unidade.

Na opinião do padre José Oscar Beozzo, autor do prefácio, o livro é original "pelo seu ponto de partida — experiências ecumênicas concretas, vividas nos meios populares, pela sua atenção à dimensão espiritual e cultural do ecumenismo, pela sua abertura às igrejas de tradição pentecostal e pela busca de diálogo com as religiões não-cristãs".

Espíritos(-)partidos

Joanildo A. Burity



A participação política democrática tradicional no País caminha para a rotinização — teremos a sétima eleição desde 1985 —, e com ela se vai curando, aos poucos mas a passos largos, o trauma da disjunção entre religião e política que vigorou no protestantismo. Ao mesmo tempo a hierarquia católica tenta reacomodar parcelas de um certo padrão histórico de “presença política” da Igreja. Rotinização significa, por um lado, que a legitimidade da participação política não é mais uma questão de polêmica (são poucos e irrelevantes, no momento, os focos de resistência) e, por outro, que os canais ditos normais de participação vão sendo absorvidos/utilizados pelos atores religiosos — não só os partidos, mas também a política de interesses ou *lobby*.

A dramaticidade da presença religiosa na política se esvai um pouco, somente tornando-se objeto de debate público devido a dois fatores: (1) uma certa histeria que setores da religião estabelecida e os guardiões da ordem hierárquica e excludente que funda o projeto de nação das elites brasileiras demonstram em relação à emergência de atores sociais independentes e organizados; (2) a maneira ao mesmo tempo agressiva e exagerada como os setores religiosos emergentes (particularmente os pentecostais) se pronunciam sobre questões políticas ou justificativa subjacente a seu ativismo político (“Deus nos colocou por cabeça e não por cauda”).

Um aspecto significativo da rotinização da participação tradicional é que os grupos religiosos emergentes, ao se aventurarem pelas águas turvas ou irrequietas da política nacional, encontraram embarcações suficientemente receptivas para não se sentirem desafiados a construir a própria. Vários fatores contribuíram para que a idéia de criar partidos religiosos fosse menos atrativa, entre eles: (a) o clima democrático que, desde meados dos anos de 1980, estimulava a participação partidária e desestimulava restrições a sua regulamentação; (b) a facilidade de filiação partidária; (c) a ampla gama de partidos já existentes e seu baixo grau de “confessionalidade” ideológica; e (d) os procedimentos de escolha e definição de candidaturas (por exemplo, permitindo que uma enxurrada de filiados venha a servir como base eleitoral intrapartidária para assegurar uma candidatura, ou simplesmente o acordo tácito entre pares, que prescreve aprovar a candidatura do outro, para ter a sua igualmente afirmada).

Os partidos já existentes não foram escolhidos somente por serem de fácil acesso. Seria preciso considerar o cálculo,

pragmático e prudente, de apostar no que já existe e funciona quando se têm pretensões de influência a curto prazo. É melhor concorrer às eleições por partidos (relativamente) consolidados, possuidores de uma capacidade mínima de transformar iniciativa política em votos, do que se aventurar a criar um partido próprio. Além do mais, um partido religioso somente se justificaria em duas circunstâncias, nenhuma delas vista até aqui: uma configuração política que negasse espaço a qualquer participação de grupos ou indivíduos religiosos ou que ameaçasse a própria identidade destes; ou uma significativa massa de pessoas incompatibilizadas ou fortemente insatisfeitas com as opções ideológicas disponíveis e valorizando de forma central sua identidade religiosa.

Marginais e irrelevantes

Desta forma, a questão dos partidos religiosos não é, decididamente, componente da presença política dos cristãos no Brasil. Do lado católico, fracassaram as tentativas de partido católico ou foram explicitamente recusadas pela ala progressista. Do lado protestante, a condição de minoria e/ou a rejeição da política levaram a se buscar apoio em coalizões ou acordos (como no Império) ou a aceitar a estrutura partidária vigente como estabelecida por Deus (ainda que corrupta). Sem falar que, dado o sólido encrustamento católico no sistema político brasileiro, a bandeira da separação entre Igreja e Estado sempre teve como corolário a recusa a partidos religiosos.

No pós-86, o despertar pentecostal para a política afastou desde cedo a pretensão de organização partidária própria e embarcou nos partidos existentes como canais de acesso ao sistema político. Num outro registro, a performance dos partidos religiosos esteve, ao longo deste século, fortemente condicionada pela natureza das relações entre religião e sociedade, tanto ao nível concreto quanto ao nível do debate sobre o tema (particularmente no Ocidente). Onde a distinção entre Igreja e Estado se firmou e as formas de exclusão ou acesso insatisfatório à política não se relacionavam diretamente aos limites de uma comunidade ou tradição religiosa, os partidos religiosos tenderam a se manter fracos e diminutos. Vários tiveram que partir para alianças ou composições cujo efeito mais duradouro foi o de delimitar sua representatividade apenas aos que se deixam representar por eles. Em outras palavras, não representam os católicos, os evangélicos, etc., em geral. Exigências legais

O espaço político em que todos atuam é (re)partido, e há lugar para todos, até para partidos religiosos. Estes, para todos os efeitos, não mobilizam por inteiro a comunidade religiosa. São espíritos-partidos

determinam, por outro lado, que tais partidos estejam abertos a quem concordar com seus programas, sem se poder cobrar atestados de ortodoxia religiosa dos seus militantes. Essas condições implicam num enfraquecimento do caráter propriamente religioso do partido e circunscrevem seu raio de interferência sobre as vidas das pessoas, em caso de chegarem a posições de governo.

Os problemas que ficam neste período pré-eleitoral, portanto, não pressupõem a existência de partidos religiosos, nem provavelmente levarão a sua emergência. Esses partidos hoje existentes são e permanecerão marginais e politicamente irrelevantes. As questões que se colocam, do ponto de vista político, dividem-se para os grupos emergentes (majoritariamente evangélicos) e os estabelecidos (fundamentalmente a Igreja Católica e, em menor grau, as igrejas evangélicas tradicionais). Para os primeiros, a falta de experiência histórica acumulada (é ainda muito recente a incursão pela política e muito ainda estão por ser analisado pelos cientistas sociais e pelos próprios atores religiosos) é corroborada pelo anacronismo do que poderíamos chamar de modelo bíblico. Este último caracteriza-se pela leitura literalista, ingênua e (aqui, sim, literalmente) superficial do texto bíblico, a qual acredita poder transpor direta e imediatamente o que se lê para o contexto atual, como se tivesse sido escrito para nossos dias. Desconsideram-se as condições históricas particulares em que se dava a relação entre religião e política no Antigo Testamento, o que leva os novos ativistas políticos religiosos a encontrarem uma linguagem e um padrão de identificação e negociação de conflitos e demandas se não incompatível, pelo menos de difícil conciliação com a política moderna.

É irônico que, comparada à recuperação do AT feita pela Teologia da Libertação e por setores do evangelicalismo mais radicalizados, haja uma ênfase semelhante dos conservadores na política veterotestamentária. A diferença é que, enquanto os primeiros abstraem as injunções de justiça, igualdade e vínculo entre fé e política de seus conteúdos culturais hebraicos e buscam construir mediações

com o século XX, os últimos lêem seletivamente, resgatando a retórica veterotestamentária juntamente com algumas das soluções ali apresentadas para se lidar com a diferença. O resultado da mistura é um discurso político-religioso aguerido e descontextualizado, articulado a uma prática pragmática que recupera os traços clientelistas e cooptativos da política nacional juntamente com a política (moderna) de interesses dos *lobbies*.

Para os grupos estabelecidos — católicos e evangélicos tradicionais — há três desafios. Primeiro, está visivelmente em crise o padrão hierárquico que ensejou e reproduziu o sincretismo no País e abriu espaço subordinado e tutelado para outros grupos religiosos, na cultura como na política. A quebra desse padrão nos últimos anos é, neste sentido, salutar e democrática. Ela pode se ligar também a mudanças na cultura política dos brasileiros, introduzidas pela vigência do regime democrático e pelos insistentes esforços dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Segundo, envelheceu qualquer proposta de cristianização da ordem social baseada na idéia de uma aliança entre Igreja e Estado. Assim, qualquer grupo religioso com tais pretensões tem que disputar com outras propostas (inclusive secularizadas). A influência sobre a sociedade será disseminativa, por fermentação cultural, muito mais do que por imposição política. Isso tudo contra um pano de fundo cultural pluralista e laico.

Espaço (re)partido

Nessas condições, chegamos às eleições de 1996 sem uma política unificada dos cristãos — graças a Deus. Os caminhos que levam da inspiração do Espírito às tomadas de posição política concretas são muitos e tortuosos. O liame entre fé e opção partidária ou entre fé e opção eleitoral é tênue e contingente, revogando-se as reservas em contrário dos que gostariam de poder dizer “x leva necessariamente a y” e de poder condenar aqueles que de “x” chegam a “z”. Minha impressão é de que, a despeito dos alarmistas e dos insatisfeitos com a visibilidade dos grupos religiosos emergentes na política, salvaremos-nos todos: o espaço político em que todos atuam é um espaço (re)partido, e há lugar para todos, até para partidos religiosos. Estes, para todos os efeitos, não mobilizam por inteiro a comunidade religiosa. São espíritos-partidos!

Joanildo A. Burity é presbiteriano (IPU) e pesquisador do Departamento de Ciência Política da Fundação Joaquim Nabuco (Recife-PE).

A benvinda politização dos pentecostais

Antônio Flávio Pierucci

No início dos anos de 1970, quando comecei a estudar Sociologia da Religião e, como membro da equipe de um dos mais importantes sociólogos da época, o professor Cândido Procópio Ferreira de Camargo, no CEBRAP, em São Paulo, passei a pesquisar as diferentes formas assumidas pelo cristianismo no Brasil, pentecostalismo era sinônimo de "fuga do mundo", para o gozo exclusivo da contemplação do outro mundo. Não se tratava pura e simplesmente de "negação do mundo". Negar este mundo como ele, não aceitá-lo em sua forma atual como um dado inevitável, constitui um dos traços marcantes do cristianismo, sobretudo do cristianismo em sua forma moderna por excelência, o protestantismo da matriz calvinista ou puritana.

Acontece, porém, que, quando o protestante nega o mundo, ele não o faz à moda de um místico hindu, de um virtuoso budista ou de um monge católico, através da fuga contemplativa longe e fora do mundo; ele nega o mundo, sim, enquanto um estado de coisas que deve ser remodelado segundo a vontade de Deus mediante a ação do fiel, que age como instrumento eficaz do protagonismo do Senhor na História. Tal ação do crente em meio ao mundo, segundo princípios éticos absolutos revelados nas Escrituras, pôde inclusive assumir a forma de uma ação militante revolucionária em prol das liberdades modernas, como ocorreu com o "exército dos santos" puritanos mobilizados disciplinadamente nas revoluções inglesas do século XVII. Há historiadores que consideram os exércitos de Cromwell a matriz do militarismo político moderno, por causa da internalização das convicções e da autodisciplina dos soldados.

Fuga do mundo

Max Weber, o grande sociólogo alemão do início do século XX, chamou a essa tomada de posição perante o mundo de "ascese intramundana": uma atitude de negação ética do mundo através do seguimento de um dever profissional "neste mundo", para dominar, pela vontade purificada, pelo trabalho e pelo método, tanto a natureza exterior (o mundo natural objetivo) quanto a natureza interior (o mundo natural subjetivo de cada ser humano), subjugando ambas as naturezas à vontade salvífica de Deus. Tratava-se de santificar a vida como um todo no seio mesmo das realidades profissionais.

Ora, o pentecostalismo que os sociólogos estudavam na América Latina dos anos de 1960 e de 1970 estava mais para

fuga do mundo do que para transformação dele. Podia, até mesmo, ser encarado como um "protesto contra a miséria real" dos povos latino-americanos (e assim o viu o sociólogo e teólogo Christian Lallve D'Epinay, no famoso livro editado em espanhol em 1969, *El refugio de las masas*), mas um protesto escapista, que anunciava a eminência do Reino dos Céus, cuja irrupção de modo nenhum dependia da ação voluntária dos indivíduos, e anunciava uma "utopia da fraternidade" (Pierre Furter) que apontava menos para a transformação do *status quo* de pobreza extrema e subdesenvolvimento inercial, e muito mais para o conformismo social, a indiferença política, a passividade diante do mundo, já que este não seria renovado senão com a vinda (iminente mas imprevisível) do Senhor.

Nunca me esqueço da forma feliz com a qual D'Epinay procurou, naqueles idos, condensar a atitude pentecostal quanto à participação na sociedade inclusiva e na vida política. Era uma fórmula elaborada em termos negativos, nos moldes dos mandamentos bíblicos do Decálogo, que procurava dar conta do caráter passivo, conformista, submisso e omissivo do anúncio pentecostal: "A regra de ouro é: tu não participarás". Tanto era assim, que de boca em boca uma frase célebre aos poucos se cunhou para definir o alheamento dos pentecostais em relação à vida política em qualquer nível: "Crente não se mete em política".

Novos tempos

Hoje os tempos são outros e as coisas, nessa matéria, totalmente diferentes. A figura do pastor deputado, senador ou vereador é corriqueira. Mais ainda corriqueira a do pastor candidato. O envolvimento das lideranças religiosas pentecostais nas eleições brasileiras, disputando cargos ou fazendo as vezes de cabos eleitorais altamente motivados e interessados, tem hoje no Brasil uma visibilidade insuspeitada nos anos de 1970. De lá para cá, sobretudo depois da abertura política da década de 1980, o pentecostalismo no Brasil politizou-se de modo (quase) generalizado. Existem, é claro, algumas igrejas pentecostais que ainda preservam o tradicional afastamento em relação à política: a Congregação Cristã do Brasil, ainda hoje um dos maiores segmentos do pentecostalismo brasileiro, mantém sobranceira seu apoliticismo num momento em que muitos outros setores pentecostais se politizam desbragadamente.

No Brasil de hoje, diante da recente e bem-sucedida mobilização político-elei-

toral desses ramos do protestantismo conservador de base popular, o mandamento enunciado por D'Epinay ("Não participarás") soa francamente anacrônico, superado. Nos dias que correm, ser pentecostal em nosso País, ou converter-se ao pentecostalismo, pode representar para a pessoa um caminho alternativo de participação política. Por que não? Fazer carreira eclesiástica, então, tornar-se pastor pentecostal, hoje, é inteiramente compatível com uma carreira política. Por que não? Este é um fato novo, um dado de realidade, cujas consequências para a cultura política brasileira ainda não estão suficientemente avaliadas.

"Participar é melhor do que não participar"

Gostem ou não os adversários, o fato é que muitos indivíduos até agora marginalizados da esfera política, grupos ou setores das camadas populares brasileiras até agora excluídos do sistema de participa-



Novos tempos: José Félix da Silva, pentecostal, participa de Congresso da CUT

ção política *stricto sensu*, podem hoje encontrar num grupo pentecostal uma visão menos pessimista do que seja a política, inclusive a política profissional, e descobrir assim um estímulo positivo à participação efetiva em qualquer dos seus níveis.

Nenhum intelectual que esteja sinceramente interessado na dinâmica cultural brasileira pode ignorar ou negar esse fato: uma comunidade pentecostal não é mais o túmulo da política. Converter-se a

Uma comunidade pentecostal não é mais o túmulo da política. Entrar em um grupo pentecostal, no Brasil de hoje, pode significar para a pessoa uma descoberta da importância da ação política como forma de melhorar o mundo para si e para os outros

uma igreja pentecostal não representa mais fugir do mundo da política. Entrar em um grupo pentecostal, no Brasil de hoje, com raras exceções, pode significar para a pessoa uma descoberta (até agora inusitada) da importância da política em geral e da política partidária em particular, do papel insubstituível dos políticos no sistema democrático, da ação política como forma de melhorar o mundo para si e para os outros.

Este é, precisamente, o ponto que gostaria de fixar, ainda que rapidamente. Parafraseando o teólogo e metafísico medieval, Santo Tomás de Aquino, para quem "ser é melhor do que não ser", pretendo modestamente lembrar que, até prova em contrário, "participar é melhor do que não participar".

Isto posto, levantam-se outras perguntas: participar como, para quê, em função de quê, com quais bandeiras, com que resultados, com que aliados? Mas essa é uma outra história. O espaço que me resta é pequeno demais para desenvolvê-lo. De todo modo, são perguntas que me parecem secundárias diante do imenso aporte de participação política popular que tem significado para a cultura brasileira a recente — e benvinda — descoberta da importância da participação política em sentido estrito, feita em grande escala no Brasil e no resto da América Latina por muitas igrejas pentecostais (e neopentecostais) depois da derrota dos regimes políticos autoritários.

Para as diferentes direitas e as diferentes esquerdas, importa o fato de que hoje, em nosso país, as igrejas cristãs de todos os tipos estão de portas abertas para a participação política. Isto é um dado alvissareiro.

Antônio Flávio Pierucci é sociólogo e professor-doutor do Departamento de Sociologia da USP.

Eleições municipais e o voto católico

Plínio Arruda Sampaio

Quando se fala de Igreja há sempre a tendência de tomar a parte pelo todo. A Igreja são os fiéis e a corporação formada pelos clérigos e a hierarquia. Ao discutir a posição da Igreja Católica diante do pleito municipal que se avizinha, é preciso, contudo, começar distinguindo claramente as duas partes do conjunto.

Quanto aos fiéis católicos, o que se pode dizer é que eles se distribuem, em diferentes proporções, entre os que se opõem frontalmente ao governo, porque vêem nele o executor da política neoliberal; os que o apóiam integralmente; e os indiferentes. Para não ficar com eufemismos: católicos de esquerda, católicos de direita e um mar de católicos despolitizados, que acabam votando com a direita porque ela é mais forte e dispõe de mais recursos para capturar esse tipo de voto.

Na difícil passagem de um tipo de Igreja organicamente ligada ao sistema de poder a uma Igreja ancorada exclusivamente na fé do povo, a posição da hierarquia católica tem sido prudente. Preocupada em manter a unidade, não extrema as situações, deixando a cada parte margem de liberdade suficiente para assegurar a fidelidade de todos.

Vista sob certo ângulo, esta pode parecer uma tática de sobrevivência; sob outro ângulo, uma atitude de respeito e de senso dos limites do poder religioso. É nesse contexto que se pode analisar sua posição diante das eleições municipais.

Para situar corretamente, é preciso assinalar, preliminarmente, que estas não são eleições decisivas no sentido de que poderão provocar um desequilíbrio substancial na correlação de forças políticas do País. Não há hipótese de as esquerdas vencerem a direita nesse pleito e, mesmo se houvesse, o resultado seria mais indicativo da possibilidade de alteração do poder no futuro do que a mudança mesma deste agora. Portanto, não está em jogo o sistema de dominação da elite sobre o povo. Os resultados eleitorais poderão, no máximo, determinar a mudança de posição relativa dos partidos no interior da coligação situacionista. Se isso vier a ocorrer, é possível que surjam candidatos a substituir FHC no comando da reforma neoliberal. Por outro lado, uma vitória dos partidos de esquerda nas principais cidades do País — onde seus candidatos estão bem cotados nas pesquisas — poderá fornecer algum oxigênio às oposições e abrir caminho para sua unificação em 1998. Mas isso obviamente não afeta substancialmente a hegemonia da direita no processo político a curto prazo.

Apoios diferenciados,...

Como se situam os católicos nesse pleito? Os de esquerda, com os partidos de esquerda nos quais militam e para cujo surgimento contribuíram diretamente. Os de direita, com os partidos de direita. Nesse campo, contudo, há uma novidade: os "carismáticos" estão fundando um novo partido. Embora ainda sem presença nacional, é possível que a nova agremiação pretenda fazer um teste do seu potencial eleitoral introduzindo os candidatos nas legendas dos partidos da direita. Trata-se de repetir, com alguns anos de atraso, a tática adotada por algumas denominações evangélicas. Não há elementos para prever os resultados dessa iniciativa, mas parece muito pouco provável que consiga vencer o indiferentismo político, característico do grosso do eleitorado católico e que faz com que esse voto se disperse praticamente por todos os partidos ao sabor de preferências pessoais muito pouco politizadas.

No plano da Igreja — corporação —, o posicionamento está consubstanciado na Campanha da Fraternidade, que, este ano, gira em torno do tema Política e Fraternidade — "Justiça e Paz se abraçarão". Essa campanha constitui uma tentativa de politizar o voto católico. Dentro do delicado equilíbrio de forças que caracteriza a CNBB, a única maneira de que uma campanha sobre esse tema pudesse concretizar-se era manter a imparcialidade. O documento da campanha mostra que os bispos católicos não estão exortando os fiéis a se posicionarem politicamente em apoio à direita ou à esquerda: estão mostrando-lhes a necessidade de considerar o voto uma obrigação de consciência, cujo cumprimento exige um mínimo de conhecimento e de informação. Estão sobretudo enfatizando que a decisão de voto deve basear-se exclusivamente no critério da convicção — o que for melhor para o bem comum.

Uma análise objetiva do documento mostra que ele traz uma dura crítica ao sistema político do País, o que não deixa de ser uma crítica aos que o governam desde sempre. Poder-se-ia ver aí até alguma propensão à esquerda. Contudo, a linguagem adotada dilui essa crítica. Somando-se isso à falta de politização da imensa maioria dos católicos, a campanha pode — e na realidade está — sendo usada para mobilizações eleitorais organizadas pelas duas facções políticas que se abrigam no interior da Igreja.

É pouco provável por isso que a campanha possa ter o efeito de engrossar a "representação" católica (no sentido de expressamente mandatada para defender

posições expressas da hierarquia da Igreja) nas prefeituras e câmaras municipais, seja ela de direita ou de esquerda.

O máximo que se pode esperar dela é que desperte alguns cristãos para a importância da política. Mas, da percepção para a aquisição de um mínimo de conhecimento e daí para a militância vai um longo caminho, a ser percorrido não em anos, mas em décadas. Isso não significa

Uma análise objetiva do documento da Campanha da Fraternidade mostra que ele traz uma dura crítica ao sistema político do País, o que não deixa de ser uma crítica aos que o governam desde sempre



Diferentemente de algumas igrejas pentecostais, a Igreja Católica procura a neutralidade nas disputas eleitorais

nenhuma redução da alta importância que a campanha terá na presença da Igreja no Brasil a longo prazo. Ela significa que a Igreja Católica percebeu que não pode cuidar do "espiritual" e deixar o material a cargo do Estado. Espiritual e material estão por demais interligados para que essa dicotomia permita a difusão da Boa-Nova do Evangelho entre os homens.

... iniciativas diversas

Essa nova consciência, sem dúvida ainda balbuciante, dará origem a iniciativas bem diversas. Haverá os que serão tentados a ver nos milhões de católicos a base de votos de uma "bancada católica" comprometida com uma plataforma de re-

vindicações éticas da Igreja. Haverá os que se empolgarão com a possibilidade de um partido católico no estilo das democracias cristãs do pós-guerra europeu. É pouco provável que ambas iniciativas prosperem. Na verdade, ambas já foram tentadas, no passado, com as experiências da Liga Eleitoral Católica (LEC) e do Partido Democrata Cristão (PDC), sem resultados expressivos. Menos sucesso ainda terão iniciativas "integristas", apesar de estarmos vivendo uma época de recrudescimento dos "fundamentalismos".

Em matéria de posicionamento político, a hierarquia da Igreja Católica não tem mais — se é que em algum momento chegou de fato a ter — unidade suficiente para optar claramente a favor ou contra algum partido. O máximo que pode — e isto ela fez — foi expressar uma clara condenação à doutrina neoliberal. Mas obviamente os políticos da direita são espartos demais para vestir a carapuça, e a

maioria do eleitorado católico despolitizado demais para fazer a ligação entre a condenação da doutrina e a propaganda que lhe entra pela casa via rádio, jornal e televisão. O resultado da Campanha, portanto, virá com o tempo, através do esforço daqueles fiéis que não aceitam instrumentalizá-la, mas insistem na necessidade imperiosa de que a mensagem do Evangelho não seja uma fuga da realidade e sim um caminho concreto para que haja justiça e paz na humanidade.

Plínio Arruda Sampaio é advogado e professor, e assessora movimentos populares e de igrejas. Integra a Rede de Cristãos de Classes Médias.

Como Deus governa o mundo

NOTAS SOBRE A PARTICIPAÇÃO EVANGÉLICA NA POLÍTICA

Haroldo Reimer

A prosperidade da cidade não consiste só em construir fortes muralhas e casas bonitas (...) A maior prosperidade, segurança e força de uma cidade consiste em ter muitos cidadãos capazes, sábios, justos, honrados e bem educados...
Martim Lutero

A participação dos cristãos na política é um desafio evangélico. Afinal, o próprio Senhor Jesus disse: "Vós sois o sal da terra". Tarefa evangélica dos cristãos é, portanto, dar sabor à comida, temperar o caldo com um ingrediente importante sem o qual não teria gosto. Quem tem prática na cozinha, deve temperar bem. E sabe também que sal demais torna o caldo intragável.

Hoje, a participação ativa na política é quase uma exigência da fé. Em termos bíblicos, os textos sagrados, especialmente do Novo Testamento, não motivam exatamente para a participação direta na política partidária. Eles costumam antes dar orientações mais gerais: "... entre vós não é assim" (Marcos 10.43). Ou: o reino é uma questão de serviço. Outros textos colocam a pessoa ou em submissão à autoridade constituída (ver Romanos 13.1ss: "toda pessoa esteja sujeita à autoridade..."), ou em confronto e distanciamento com ela (ver Apocalipse 13: o império romano como a besta). Falta um incentivo direto, mas permanece o desafio.

Experiências de participação

Esse distanciamento em relação à participação direta na vida política deve estar associado com a vivência e a experiência das comunidades cristãs primitivas. Na condição de seita ou religião perseguida, o cristianismo primitivo não estava exatamente sendo cotejado para comer do prato do poder instituído. Essa condição, como sabemos, mudou radicalmente com a chamada "virada constantiniana". Isto é, quando por decisão imperial a fé cristã passou de religião perseguida à religião oficial. Aí sim, pessoas cristãs passaram a beber do cálice do poder oficial. Nasceu, assim, o modelo de cristandade: a ligação de trono e altar. A igreja e seus mandatários passaram a ter uma participação política direta. Mas nem sempre exatamente evangélica...

No Antigo Testamento encontramos textos que motivam diretamente para a prática e a participação política. Aí a situação é diferente. Pois grande parte dos textos do Antigo Testamento estão em

vinculação direta ou em oposição à estrutura de poder real ou estatal do antigo Israel. Aí havia uma experiência concreta de governo do povo de Israel.

Um irmão crente como rei

No livro de Deuteronômio encontramos até orientações sobre a escolha do governante. A parte central deste (capítulos 12 a 26) é chamada de "código deuteronômico", que serviu como uma espécie de constituição para o governo do rei Josias e de sua chamada "reforma josiânica", em torno do ano 625 a.C. (ver 2 Reis 22-23). Um Deuteronômio 17.14-20 fala-se da escolha de um rei para governar a vida do povo. O texto mostra claramente que o dirigente, no caso o rei, deve ser um dos irmãos (ver 17.15). Não deverá ser alguém estranho. Aqui provavelmente muitos evangélicos atuais se inspiraram para a palavra de ordem: "irmão vota em irmão". Esse texto antigo está a propor exatamente isso.

A palavra "irmão" neste contexto do livro do Deuteronômio designa primeiramente alguém que seja do próprio povo, no caso o povo de Judá. Porém, não é uma designação racial. Deveríamos antes traduzir com um sentido social: "próximo" ou "companheiro". Afirmam os estudiosos que, nesse período do povo de Deus e no contexto do movimento da reforma josiânica, esse termo designava alguém que estava afinado com os propósitos do movimento deuteronômico.

O escolhido tem as cores de um "crente". Leva o seu jeito. Terá uma cópia da "Torá", que lhe será dada pelos sacerdotes e os levitas, os quais zelam por esta "lei". O escolhido deverá ler e meditar sobre a Palavra de Deus e orientar seu coração conforme estes preceitos de Deus registrados na Torá. Não se apartará "nem para a direita imparcial, julgar com justiça (cf. Ex 23.6-9; Dt 16.18-19). O texto, porém, não permanece no nível do genérico. Ele concretiza. O escolhido terá que se comprometer e cumprir o seguinte programa (cf. Dt 17.16-17):

— não "multiplicar para si cavalos". Isto quer dizer: implementar a maquinaria militar;

— não "fará voltar o povo ao Egito". Não poderá aumentar tributos, taxas, etc., explorando, assim, o povo;

— não "multiplicará para si mulheres", ou seja: seu governo não estará a serviço do esbanjamento de verbas em banquetes, jantares, etc. (cf. Am 4.1-3);

— não "multiplicará para si prata e ouro". O escolhido não poderá utilizar o governo para tirar vantagens pessoais, para si, ou para a sua família, parentela ou compadragem, ou congregação.

O objetivo desse programa mínimo é "prolongar os dias" de Israel. O objetivo é a vida do povo como um todo. Este governante "irmão", "crente" visará a paz, a justiça e a integridade da criação e do povo de Deus como um todo. Isso é o sentido de política no sentido bíblico.

O que chama a atenção no texto é que o "rei-irmão" deve se comprometer com um programa mínimo. Não basta apresentar-se como irmão. Só o discurso não basta. É necessária prática. É como se o texto bíblico estivesse a dizer: mesmo sendo irmão, as estruturas de pecado ainda têm poder sobre ele. Por isso necessita de suporte democrático e de uma organização de apoio para o sucesso do seu trabalho em prol de todo o povo e não só de interesses congregacionais.

Uma "virada constantiniana evangélica"?

A Bíblia, pois, nos conta de uma experiência de um irmão crente governante. Também no Brasil carecemos mais e mais da participação evangélica na política como um real testemunho de fé.

Nestas disputas municipais de 96, o voto evangélico é um instrumento muito forte. Por isso está sendo tão disputado. É inegável a necessidade de fortalecer a representação das igrejas evangélicas na estrutura governamental. Historicamente, a Igreja Católica tem monopolizado esse espaço. Há que contrabalançar, até para melhor distribuição dos recursos públicos para fins sociais e caritativos. Faz-se necessária uma maior representação evangélica na vida política brasileira. Mas, para temperar...

O que tem se percebido, no entanto, não é exatamente isso. Há verdadeiras maracutaías. Há grupos literalmente barganhando o seu voto e os votos dos fiéis. E o que tem notado é que, salvo exceções, na maioria das vezes busca-se privilégios congregacionais, confessionais, setorializados. É uma estação de rádio aqui, ou a secretaria municipal de ação social ali, ou doação alimentos acolá, ou ainda doação de imóveis, etc. É, em geral, uma postura sectária. Nem sempre tais barganhas são colocadas a serviço de todo o povo. Muitas vezes é só aumentar os tesouros da própria denominação.

Vêm-se fiéis constrangidos ou até obrigados a votar em candidatos indicados pelas lideranças. Ou ouve-se repetidamente a palavra de ordem: "irmão vota em irmão!". Até há pessoas que dizem: "só com um evangélico à frente da prefeitura ou da Presidência da República este país vai mudar". Isso é uma possibilidade dentro de uma democracia. Talvez até fosse uma interessante experiência. Seria algo novo no País. Mas não basta só fazer o novo, deve-se fazê-lo com sentido novo. Não basta só dar a "virada evangélica". É preciso um compromisso maior. "Irmão" ou "evangélico", por si só, não são credenciais suficientes para a garantia de sucesso. Igualmente, a sua fé e a sua militância eclesial não garantem a salvação. Todos nós continuamos sujeitos ao pecado e às suas estruturas. Nenhum grupo em particular é portador exclusivo da santidade e da salvação.

Política de coalizão ecumênica

Como pessoas cristãs, nós confessamos que é Deus, em verdade, que governa o mundo. Para isso ele se serve de pessoas e forças distintas. Pode-se servir de evangélicos, como até de pessoas que nem sequer professam a fé em Jesus Cristo. Deus governa este mundo em dois âmbitos ou reinos distintos: o poder político secular, onde vigora a lei e até a espada, e a igreja, onde o Evangelho e a pregação buscam converter e orientar as pessoas para o bem e para Deus. Ambos devem constantemente estar em salutar relação dialética.

Esse jeito de Deus governar o mundo não reserva uma aura especial para determinado grupo. Não há exclusivismos confessionais. Não há exclusividade da salvação. Deus governa por intermédio de uma coalizão ecumênica, de crentes e não-crentes.

Deus certamente se alegra quando um justo governa. Se queremos evangélicos no poder é para testemunhar como um justo governa. Já temos boas experiências neste sentido. Temos parlamentares em vários níveis e até governantes comprometidos com a justiça social, a paz e a integridade de todo povo e da própria criação.

Haroldo Reimer é pastor da Igreja Luterana (IELB) na Paróquia Esperança em Niterói/RJ, biblista com doutorado em Antigo Testamento (Alemanha), professor de Teologia e Antropologia das Faculdades Integradas Bennett, no Rio.

Evangelho e cultura — em busca do equilíbrio

Bernard Thorogood

Um dos maiores desafios apresentados no processo de estudos sobre evangelho e cultura é encontrar um equilíbrio entre ser culturalmente relevante e não culturalmente prisioneiro em nosso testemunho cristão. É um ponto-chave para a missão no mundo de hoje. É fácil separar os muito diferentes aspectos de cada e toda vida humana. Mas religião e cultura são parte de um mesmo feixe que é a vida humana; não como de separá-las. A associação das palavras do evangelho é culturalmente condicionada, e assim tem uma ressonância diferente em cada lugar e época. A fé que foi “de uma vez por todas entregue aos santos” não é um pacote passado adiante através das gerações como uma jóia de uma realeza. Ela é um riacho de água viva, de uma mesma fonte, que recebe afluentes ao longo do seu curso e reflete as variedades de montanhas e planícies através das quais ela flui.

Reconhecer isso ajudaria-nos a ir em direção ao equilíbrio, pois encorajaria um constante diálogo entre o evangelho, da forma como me impactou, o meio no qual estou vivendo e o tipo de pessoa que sou. Nosso empreendimento missionário passado muito freqüentemente opôs o evangelho à cultura, baseado em que a fé religiosa tem absoluto domínio, proveniente das alturas, enquanto tudo o mais em nossa experiência emana de baixo.

A formação da fé

Há um chamado a colocar as questões fundamentais sobre a fé e a relação com sua expressão local. Precisamos traçar a significativa mudança de percepção que percorre o Antigo e o Novo Testamento. Deus é o Deus de Abraão, de Jacó, de Moisés, mas essa é uma limitação da natureza de Deus? Assim como muitos grupos étnicos naquelas épocas tinham os próprios totens, santuários, liturgias e divindades, os israelitas poderiam ser considerados da mesma forma. As heranças cultural e religiosa foram amarradas num mesmo feixe tribal. Somente mediante um longo processo que uma compreensão mais ampla prevaleceu. Deus, para sê-lo totalmente, não poderia ser confinado às fronteiras das tribos. A compreensão universalista de Deus capacitou os judeus a cultuarem em todas as grandes cidades do império romano, ainda que olhassem para Jerusalém com paixão.

Mas esta mesma jornada foi requerida da Igreja Primitiva. A tolerância da família da fé significava desatar os nós entre cultura e fé. Descobrir que a graça e o poder salvador de Deus em Cristo não são de forma alguma propriedade tribal abre a porta para a liberdade da família

da fé no mundo. Assim no mundo moderno, precisamos perguntar se nosso contexto cultural é limitador da revelação de Deus. Estamos nós domesticando a total revelação do amor de Deus para que se torne nossa bênção privada? Consideramos nossa forma de fé como um movimento superior a todas as outras, um tanto mais perto da verdadeira luz? Se há um movimento nesta direção, é provável que a cultura tenha se tornado a mestra da fé.

A tolerância da fraternidade

Grandes dons têm sido trazidos a nós por meio do movimento ecumênico, da revolução das comunicações e das possibilidades de viagens aéreas em massa. O total isolamento de uma pequena comunidade que celebra a fé é agora raro. As pessoas viajam e encontram outros grupos lingüísticos, a televisão nos mostra outros estilos de vida, etc. Tornam-nos muito mais conscientes de outras posturas e expressões de fé.

Foi para mim um choque encontrar a família ortodoxa pela primeira vez e gradualmente vislumbrar aquela forma antiga de viver a fé. Pude ver quão frenético é o ativismo de grande parte do protestantismo e quão limitado em sua visão. Imagino se os cristãos ortodoxos, numa descoberta parecida, percebessem quão estática e autoritária tem sido grande parte da sua tradição religiosa. Meu ministério tem me possibilitado encontrar grupos em muitas partes do mundo e me alegrar com as suas expressões de fé locais. Isso me leva para o lado inferior da experiência moderna. Como a cultura norte-americana/européia invade todas as terras pode haver uma desvalorização do que é local e nativo. Pesquisa recente sobre os símbolos mais familiares indicou que os mais conhecidos no mundo são o grande M de McDonalds, a marca da Shell, os anéis olímpicos e finalmente a cruz dos cristãos. O cultura do grande M é bem internacional e se une à música popular, certos esportes e estilos da arquitetura urbana. Na vida da igreja, o estilo evangelical norte-americano de pregadores e de música sacra pode ser tão poderoso que desvaloriza o estilo local. A dominação de uma cultura imperialista tem sido sempre um perigo para comunidades mais frágeis.

Uma estrutura equilibrada

A igreja cristã não tem achado fácil juntar os elementos unificadores (a Bíblia, o credo, a autoridade, a organização) com a diversidade das expressões locais da fé. Não é de todo surpreendente que identifiquemos isso como um problema. A his-

tória do mundo moderno de estados nacionais mostra precisamente esta inabilidade. Repetidamente a pressão para manter a unidade nacional torna-se uma lógica para sufocar diversidades locais. É como se aqueles no poder central baseassem sua política no medo de que o surgimento de administrações locais ou regionais levariam a separações. Na vida da igreja não vemos violência física sendo aplicada nesse aspecto, mas as posições éticas adotadas são muito parecidas. Um sistema eclesiástico muito centralizado dá grande valor aos sinais de unidade visível e pode exercitar disciplina eclesial para assegurar que a unidade não seja perturbada. Se esse é o estilo, então as diversidades locais podem ser esmagadas como perigosas.

Estamos buscando estilos de vida corporativa da igreja nos quais a unidade é revelada no mundo mas as diversidades são também valorizadas como dons de Deus. Talvez esse seja o ponto onde estamos no movimento ecumênico hoje, ainda apalpando em direção a compromissos que nos levarão ao equilíbrio. Confiamos em que as heranças culturais da humanidade existem para nossa bênção, e que elas provêm uma identidade que é valorizada por Deus. Ser indissolúvelmente unidos em uma só família, ainda que se encoraje a particularidade de cada membro — este é o chamado presente do Espírito para a igreja em nosso mundo fragmentado.

O caminho do Senhor

Devemos estudar o Novo Testamento e notar os caminhos nos quais Jesus mesmo testemunhou um equilíbrio e por onde os apóstolos o seguiram. Jesus estava na sinagoga, no sábado, e foi a Jerusalém para as festas como parte da comunidade que cria. Ele foi a uma festa de casamento, que tinha os seus próprios rituais, e o uso que fez das parábolas reflete o prazer dos judeus de ensinar por meio de histórias. Mas Jesus também foi um severo crítico da mistura cultural-religiosa daqueles dias. Ele pode reverter a ordem tradicional; derrubar as expectativas messiânicas das pessoas; ameaçar o comércio do templo; e no final ficar firme contra a tradição do sistema religioso.

Qual era a chave para este equilíbrio? Chegamos próximos dela ao notar que Jesus estava indignado com as formas que impediam as pessoas comuns, os pobres, os oprimidos, os doentes de estarem mais próximos do lugar sagrado ou do amor e da graça salvadora de Deus. Esse contexto tornou-se o inimigo da graça

quando criou um círculo fechado de fé e manteve fora aqueles que o buscavam.

Igualmente, o grande debate do Concílio de Jerusalém em Atos 15 tinha precisamente esse tema. Em que medida é necessário aos gentios adotar os padrões judeus de vida e lei a fim de seguir a Jesus de Nazaré fielmente? Aqueles que ainda estavam aprisionados à sua tradição votariam por um máximo de submissão, e é graças ao testemunho do Espírito que uma outra visão pode ser aceita. Apenas um mínimo de obediência ao ritual da lei poderia ser requerida, a qual iria trazer juntos os crentes judeus e os novos convertidos gentios. Em outras palavras, não haveria nenhum círculo fechado privado. O caminho da mesa do Senhor era para ser o mais aberto possível, tanto que, independentemente da formação cultural, as pessoas poderiam vir encontrar o seu Senhor. À luz de Cristo há aspectos pelos quais nunca cessaremos de dar graças, outros que nos sentimos chamados a resistir. Determinado costume, tradição, estilo, língua, estrutura, abre as portas da fé para toda a comunidade ou fecha o caminho de Cristo de forma que torna-se mais difícil para os fracos, os doentes, os pobres seguirem-no?

Estas são algumas rotas em direção ao equilíbrio. Não é uma jornada fácil. Mas nesta discussão lidamos com a conjugação da teologia da criação com a teologia da redenção — e esta é uma das de maior esperança para o pensamento cristão de hoje. Na criação nós recebemos o contexto cultural como uma bênção; na redenção recebemos o Espírito para salvar a cultura da corrupção definitiva.

Aqui está um retrato dos anos de 1950, as faces das crianças indígenas australianas numa área missionária no território do norte. Elas parecem deprimidas, frustradas. Mas as roupas são dos estudantes ingleses, pois a missão tinha reunido famílias aborígenes de distantes povoados do país, as tinha cercado em combinados residenciais e estava ensinando-as com um estilo inglês de currículo e disciplina. Tudo o que era possível estava sendo feito para tornar as crianças européias. Não é de surpreender que aqueles olhos parecessem ressentidos. Hoje podemos olhar para trás em penitência e tristeza diante de tal imperialismo cultural como parte de nosso empreendimento missionário.

Bernard Thorogood, ex-secretário-geral da Igreja Reformada Unida da Grã-Bretanha. Trechos de texto extraído de *International Review of Mission*, 84 (335), outubro/1995. Tradução: Magali do Nascimento Cunha.

Liberdade

Flávio Schmitt

Na segunda metade da década de 1960, durante os anos de 1970 e início dos anos de 1980, floresce o tema da libertação na teologia latino-americana. Um novo modo de fazer teologia toma conta de setores da Igreja Católica comprometidos com a transformação da sociedade por meio da práxis eclesial. Porém, esse novo jeito de ser Igreja atingiu também os protestantes de orientação ecumênica.

O tema da libertação entra na reflexão teológica a partir do momento em que ocorre uma mudança no conhecimento da realidade latino-americana que tem como novidade central uma atenção preferencial a causas profundas da situação, consideradas em perspectivas históricas. Cristãos comprometidos com a libertação percebem gradualmente que ela passa necessariamente por uma ruptura com a situação, uma revolução social.

Embora os protestantes tenham oferecido importantes contribuições ao processo de libertação, na prática de transformação da sociedade ou na articulação teórica do discurso da fé, um setor não se integrou numa caminhada ecumênica e manteve uma reflexão com perspectiva diferente, que aparece na abordagem dos temas bíblicos. Um dos temas é a liberdade. Como tema teológico no seio protestante, tem a ver com a Bíblia e com a própria tradição, cujas raízes encontramos na Reforma.

Dom gratuito de Deus

Ao se buscarem elementos na Bíblia, chama atenção que a palavra "liberdade" não é encontrada no contexto da libertação de Israel da escravidão do Egito e nem na tradição que narra o retorno dos exilados. Em geral, no Antigo Testamento emprega-se a palavra unicamente em contraposição a escravos e prisioneiros. Somente uma vez é usada para designar a isenção de impostos (1 Sm 17.25).

Mesmo que o AT não faça uso da terminologia, isso não significa que a liberdade não tenha sido vital para o povo de Israel, pelo contrário. É que a liberdade do povo nunca é considerada isolada ou separada da ação libertadora e salvadora de Deus. Liberdade para Israel é sempre ser libertado. Trata-se de um processo histórico vivido e experimentado como um dom gratuito de Deus. Não é algo que o ser humano encontra dado na natureza, mas dom conquistado por Javé.

No Novo Testamento também causa surpresa que, com exceção do texto de

Mateus 17.26, a palavra está ausente do vocabulário dos evangelhos sinóticos. Das onze vezes em que aparece, sete vezes é em Paulo, duas em Tiago e duas nas cartas de Pedro.

A importância da palavra na literatura paulina tem a ver diretamente com o contexto onde está inserida a pregação e prática comunitária do apóstolo. As comunidades fundadas por ele têm como pano de fundo a cultura e a sociedade do mundo greco-romano. Para os gregos de modo geral, a liberdade é um assunto que mexe com o orgulho de suas cidades.

No grego profano "liberdade" tem um sentido eminentemente político: livre é a pessoa que pertence à cidade, como cidadão de pleno direito, em contraposição aos escravos, integrantes da comunidade política que carecem de liberdade. A liberdade do cidadão da "polis" consiste no pleno direito de falar livremente e dispor de si na cidade. Do sentido profano vem o significado de dispor de si mesmo, ser independente dos demais. Livre desde o ponto de vista político, em contraposição aos escravos e estrangeiros. A palavra também é empregada para designar atitude ou comportamento que procede da liberdade. Em sentido positivo é associado à nobreza e à sinceridade.

Em sua atividade missionária, Paulo se defronta com vários movimentos filosóficos. Porém, são os cínicos e estoicos que mais se destacam quando o assunto é liberdade. Estes movimentos buscavam a felicidade por meio da liberdade interna e da auto-suficiência pessoal. Os estoicos procuravam alcançar o alvo pelo desapego às coisas. Os cínicos pregavam um total abandono do mundo, propõem o isolamento mais complexo possível na sociedade greco-romana.

Paulo faz uma releitura da compreensão e uso do termo no mundo greco-romano. Na mensagem e pregação do apóstolo, à luz da morte e ressurreição de Jesus, "liberdade" adquire novas dimensões e significados. A compreensão de liberdade passa pelo crivo Jesus Cristo.

Paulo parte do princípio de que há uma situação universal. Judeus e gregos vivem na ilusão da liberdade: os judeus, por causa da lei de Moisés; os gregos, por causa de suas liberdades tão exaltadas nas cidades gregas. Liberdade dos gregos e lei dos judeus mantêm o ser humano no regime de escravidão. A liberdade, segundo Paulo, vem pela fé em Jesus Cristo que comunica o Espírito.

A experiência da liberdade redefine o papel da lei judaica e da liberdade grega.

Somente quando conheceu Jesus foi que Paulo descobriu o quanto era escravo da lei. A experiência da liberdade em Cristo permitiu ao apóstolo perceber a extensão e a profundidade de sua escravidão.

Verdadeira liberdade

Nesse horizonte os escritos do Novo Testamento apresentam o ser humano como carente de liberdade (Rm 6.20) e lhe negam toda possibilidade de libertar-se a si mesmo e dispor livremente de si. Justamente a ânsia permanente do ser humano de buscar a liberdade, de dispor de si mesmo, de qualquer forma, conduz a pessoa a uma escravidão maior. A verdadeira liberdade consiste na vida em comunhão com Deus, ou seja, viver em conformidade com o projeto original de Deus (Rm 6.22; Gl 5.1). Essa liberdade o ser humano somente alcança negando a si mesmo. O paradoxo consiste justamente no fato de que quem é livre não pertence a si mesmo (1 Cor 6.9), mas àquele que o libertou (Rm 6.18), que morreu e ressuscitou (2 Cor 5.15). Nesse sentido, "liberdade" adquire o sentido de libertação no Antigo Testamento, onde o dom da liberdade vem ligado ao doador (1 Cor 3.21ss). Ao sermos vencidos por Cristo, nada pode nos separar do amor de Deus revelado em Cristo Jesus (Rm 8.38). O que até agora era impenetrável e intragável fica transparente e claro pela liberdade.

Para que a liberdade? A Bíblia afirma que enquanto o ser humano estiver sujeito às potências deste século (Ef 6.12; 1 Pe 5.8), será carente de liberdade. Nessa perspectiva, liberdade no Novo Testamento vai além de libertação dos poderes políticos e econômicos que oprimem e exploram o ser humano. Aqui entra em cena a visão de Paulo, para quem a liberdade tem a ver com pecado, lei e morte.

A liberdade da escravidão do pecado abre a possibilidade, até agora impossível, de servir a Deus (Rm 6.14; Tg 1.25). Essa liberdade somente é possível por ter sido removido o que separava o ser humano de Deus. A lei, por sua vez, deveria dar a conhecer a vontade de Deus e conduzir a pessoa à comunhão com Deus, o próximo e toda criação (Rm 7.10). Porém, a lei faz justamente o contrário: incita ao pecado (Rm 7.13) e torna patente a profunda maldade do ser humano. O fruto de uma vida sob o pecado e a lei é a morte (1 Cor 15.56). Trata-se tanto da morte temporal como da eterna (Rm 8.6). Também para os cristãos a morte conti-

nua a ser uma realidade. Contudo, perdeu seu poder de ferir (1 Cor 15.55).

Viver segundo o Espírito

Qual o caminho para alcançar a liberdade? A libertação do ser humano não cabe dentro de suas próprias possibilidades, não se alcança pelo conhecimento de si mesmo, nem por um ato de vontade ou por meio de alguma ação. Não é algo pelo que tenhamos que lutar, mas nos é dada pelo que Cristo fez por nós (Gl 5.1). Somente o Filho de Deus nos abre a possibilidade de viver em perfeita liberdade, a qual foi conquistada para nós a preço de sangue por Cristo na cruz (Gl 3.1). Ela adquire forma no ser humano na medida em que este se abre para o Evangelho (2 Cor 5.20) vivido em comunidade. A liberdade consiste justamente em viver segundo o Espírito, abandonando a vida na carne (Rm 8.1-17).

Liberdade para quê? O ser humano necessita dela para viver. Porém, também pode ser mal usada (1 Pe 2.16). Ela pode receber a função de dar cobertura ao mal. Isso ocorre quando é entendida como poder para dispor de si mesmo sem nenhuma relação de compromisso. Onde a liberdade se instala dessa forma não resta espaço para o serviço ao próximo (Gl 5.13).

A pessoa livre mostra sua liberdade no serviço a Deus e ao próximo (1 Ts 1.9). Este serviço pode se expressar de diferentes formas (Gl 5.22; 1 Co 9.19). A liberdade se revela no fato de o ser humano liberto se converter em escravo de Cristo. Na comunidade e vida comunitária a liberdade se expressa na igualdade, na comunhão, solidariedade e convivência do povo de Deus. Nesse sentido, comunidade deveria ser entendida sempre como comunidade de pessoas livres (Gl 21-31).

No momento em que a sociedade caminha para uma redefinição de paradigmas, torna-se urgente, para nós cristãos, buscar no projeto de liberdade inspirado na Bíblia a inspiração necessária para transpirar nosso próprio projeto de vida, mantendo a fidelidade à caminhada de libertação iniciada em nosso continente há algumas décadas. Somente assim poderemos resguardar nossa prática eclesial e reflexão teológica de uma ideologia da liberdade, alienante, individualista e destituída de sinais do Reino de Deus.

Flávio Schmitt é pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil em Marechal Cândido Rondon (PR).

CONTEXTO PASTORAL dá continuidade ao propósito de resgatar a memória ecumênica brasileira e reproduz o estrato de um texto publicado em outubro de 1967 no suplemento do boletim CEI (Centro Ecumênico de Informação). O autor, o pastor da Igreja Evangélica de Confissão Luterana no Brasil, Breno Schumann, morreu em um acidente automobilístico em 1972 aos 34 anos, o que representou uma lacuna para o movimento ecumênico no Brasil. O resgate de parcela desta produção é um convite aos leitores para que percebam a atualidade desta reflexão, produzida numa conjuntura adversa: em plena ditadura militar.

Existência cristã na realidade política

Não é preciso ser leitor assíduo da Bíblia para perceber que a relação entre cidadania e fé constitui questão das mais controversas e, por sua própria natureza, constantemente atual. Sempre houve quem desejasse solucionar a dialética inerente ao problema, estabelecendo uma rígida distinção entre Igreja e Estado, crente e sociedade, "religião" e "mundo". A tentativa, contudo, revela-se tão irrealista quanto inútil. Quaisquer que sejam as circunstâncias, o cristão se vê reiteradamente colocado diante de opções que pertencem indiscutivelmente ao âmbito político, ou seja, à realidade na qual tem de viver. Quem pretender ser "cristão" num setor e "cidadão normal" noutro, estará apenas dando expressão à sua esquizofrenia.

Após 450 anos da Reforma da Igreja, como foi propugnada e realizada por Lutero, quais as conseqüências de seu pensamento na ética política dos cristãos? Qual a validade e relevância das opiniões de um monge quase medieval, mesmo que tenha sido o "rebelde obediente que abalou o mundo"?

Os dois reinos — Distinção e unidade

Do ponto de vista cristão, nada há, de fato, que seja secular. A fé cristã sempre colocou o Estado em relação direta com a vontade de Deus. Isso significa que o Estado tem uma função determinada por Deus, existindo para servi-lo, através da preservação da justiça e da ordem jurídica, fundamentos sobre os quais se alicerçam todos os relacionamentos entre os cidadãos. Para manter e preservar a ordem jurídica, o Estado necessita de poder, fazendo, por vezes, uso da força. Só esse aspecto já denota uma distinção notável entre Igreja e Estado. Mas também as funções de ambos são diversas.

O que acabamos de afirmar é, desconhecidos os detalhes, expressão de opinião quase unânime. Basta, porém, transferir a proclamação teórica para o âmbito da realidade e se tornará evidente que as distorções são bem mais profundas. Não só as relações entre Igreja e Estado têm assumido formas diferentes, através dos séculos. Bem mais grave do que a exorbitância de funções de um deles (que implica automaticamente em "invasão da

área" do outro) é a perversão de uma ordem, assim que a injustiça passa a ser considerada justa e legal, a opressão é integrada nas estruturas jurídicas e a violência se torna sinônimo de poder. Neste caso, o Estado estará desrespeitando flagrantemente a vontade de Deus. Que poderá ou deverá fazer a Igreja?

Além de considerar a Igreja como um todo, será preciso lembrar que o cristão, como indivíduo, também se relaciona com o Estado. Segundo a reflexão de Lutero, o amor a Deus e ao próximo será o diapasão pelo qual o cristão afina sua atitude diante da autoridade. Isso significa que o cristão não agirá pressionado por medidas repressivas, previstas pelo Estado, mas sua lealdade e obediência estarão alicerçadas no mandato de Deus. O cristão, conhecedor da origem da dignidade estatal, será o primeiro a colaborar para que o Estado não se perverta, cumprindo sua tarefa essencial, tarefa de justiça e de paz. Sabendo da transitoriedade do Estado e de todas as instituições, o cristão não obstante envidará todos os esforços que visem a promoção do homem e o respeito pela incomparável dignidade da criatura humana. É muito provável que o cristão o faça sem açodamento, sem o dogmatismo asfixiante dos que só admitem uma opinião, um princípio, um sistema, um instrumento. Justamente porque tem uma esperança bem definida, o cristão não necessita de uma cosmovisão totalitária (inclusive a que se rotulasse de "cristã").

Mas ainda resta a pergunta: Que fazer na situação limítrofe, em que o Estado realmente sucumbiu à perversão, transformando-se em instrumento de destruição e degradação do homem? Qual será, então, a posição do cristão?

Submissão ou revolta?

Toda a problemática envolve a difícil questão do limite de lealdade e obediência em relação ao Estado. Lealdade e obediência totais, o cristão só as deve a Deus. Qualquer transigência, nesse ponto, atingiria o âmago mesmo da fé.

Lutero opinava de modo favorável à resistência passiva, a qual também se aplicaria no caso de um cristão se recusar a exercer determinada tarefa, no Estado, por reputá-la contrária à sua fé. Tal resis-

tência, porém, podia adquirir caráter pronunciadamente ativo, sobretudo quando exercitada no setor espiritual. A resistência passiva do pastor ou clérigo, através da pregação do Evangelho e da ação pastoral, pode adquirir relevância política indiscutível, principalmente se o meio social estiver submetido a uma ideologia de sentido totalitário. Isso não significa que o sermão esteja sendo utilizado como arma política. Durante a vigência do regime hitlerista, por exemplo, qualquer menção ao pecado ou à penitência já era considerada atentatória aos princípios legais. Em tal situação, poderia haver sermão que não fosse subversivo, que não configurasse uma espécie de resistência?

A situação limítrofe configura-se no momento em que a autoridade coloca-se acima da lei e do direito, determinando ela própria o que seja o bem e o mal, justiça e injustiça. É um caso que supera inclusive o chamado "direito da força", porque a força, como tal, torna-se sinônimo de lei e direito. Justamente para expressar tal superlativo de tirania e usurpação, Lutero dá a essa autoridade a designação de "tirano universal". Por isso mesmo, não só os cristãos, mas todos os homens têm o dever de assumir uma atitude de resistência ativa, inclusive por meios violentos. É a única situação em que Lutero reconhecia a necessidade inadiável da revolta, com participação cristã.

E nós?

Não nos cabe entender as opções de Lutero como receituário para nossos dias. A ética cristã não se compõe de uma lista de conselhos práticos para as diversas ocasiões. Em seu tempo, o reformador desconhecia o princípio da soberania popular. A situação do homem moderno é bem outra. Se, de um lado, existem regimes que se fundamentam na participação de todos os cidadãos na coisa pública, não é menos verdade que o Estado moderno, em qualquer regime, depende muito mais da tecnocracia, das equipes de planejamento e segurança interna. O nível de burocratização e o aparelho técnico assumiram tais proporções que a participação popular em todo o processo governamental tornou-se relativa, mais teórica do que efetiva. O Estado moderno, por suas ca-

racterísticas, tende a desenvolver uma autoridade cada vez mais anônima.

A existência cristã em tal realidade política vê-se colocada diante de uma problemática nova, para a qual não existem soluções prontas. O cristão, mesmo verificando e reconhecendo o governo de aparelhos e forças, de movimentos e influências, não deixará de levantar a séria questão da responsabilidade. Não importa que os computadores decidam sobre os problemas socioeconômicos. Para o cristão, tais problemas continuam a envolver destinos humanos. E os manipuladores de aparelhos continuam a ser homens que devem prestar contas de seus atos, planejamentos e decisões. Apesar de toda a anonimidade de que se revestem, existem donos da máquina e do dinheiro. E apesar da anonimidade de seu sofrimento, existem as vítimas da máquina e do dinheiro. O Evangelho coloca a todos no âmbito da história. Ninguém se iluda: as opções são bem mais difíceis do que parecem à primeira vista. A dinâmica do Evangelho tem um poder bem mais tremendo do que imaginam alguns de seus pouco convictos seguidores e alguns de seus mais ou menos decididos adversários. Nem sempre se saberá se o não-cristão não estará vivendo mais autenticamente o conteúdo do Evangelho. Os julgamentos, para nós, são praticamente impossíveis. Na situação limítrofe, a consciência do homem sempre estará só. E nessa solidão, para dentro da qual Deus talvez fale, o homem deverá assumir sua tarefa e sua destinação humana.

Um dos exemplos mais impressionantes a respeito de uma opção da existência cristã na realidade política, é o de Dietrich Bonhoeffer. Durante a prisão que precedeu sua execução, um dos detentos perguntou-lhe como fora capaz, na qualidade de pastor luterano, de participar de um complô, destinado a assassinar Hitler. Bonhoeffer deu a seguinte resposta, que pode ser uma indagação a todos nós: "Se um motorista embriagado, desenvolvendo alta velocidade, precipitar-se pela avenida principal, matando grande número de pessoas, a obrigação de um pastor consistirá em enterrar suas vítimas e consolar os sobreviventes ou em arremessar-se contra o carro, arrancando o volante das mãos do louco?"

Carta de Paripueira

O II Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista (MEP) realizou-se entre os dias 6 e 9 de junho de 1996, no Acampamento Batista do aprazível município alagoano de Paripueira. Cristãos oriundos de dez estados da Federação, no total aproximado de cem pessoas, representantes de doze denominações eclesiais, foram recebidos pela hospitalidade nordestina e sentiram-se chamados a orar, louvar a Deus, estudar sua Santa Palavra tendo como tema "A esquerda cristã: reconstruindo utopias e desenvolvendo esperanças".

Ouvindo e respondendo à Palavra de Deus, nos indignamos diante da nova ordem internacional sob os pressupostos de um neoliberalismo "irreversível", que exclui do mercado de produção milhares de homens e mulheres, pais e mães de família que sentem na pele a realidade do desemprego.

Como evangélicos, comprometidos com a transformação e o não-conformismo, denunciemos o processo de concentração de renda que beneficia banqueiros, latifundiários e políticos burocratas em detrimento dos sem-terra, sem-teto, meninos de rua, trabalhadores em geral e aposentados que vivem um período de aflição e desesperança, enquanto do Palácio do Planalto FHC desdenha a realidade brasileira, preferindo a frieza de pesquisas enganosas acompanhadas de reações irônicas.

Denunciamos e repudiamos tentativas torpes de cooptação, exploração e manipulação política do povo de Deus. Denunciamos, também, a acomodação, o conformismo, o clientelismo e a ausência de compromisso por uma sociedade justa, solidária e democrática que infelizmente permeia o meio evangélico.

Sentimo-nos herdeiros de uma tradição histórica, rica em utopias e firmada em esperanças. Identificamo-nos com os camponeses que no século XVI foram mortos

por exigir o direito de buscar na natureza sua subsistência; com a Igreja Confessante que durante o regime nazista na Alemanha declarou a soberania do Evangelho de Jesus Cristo; com Martin Luther King Jr. que liderou o movimento de direitos civis entre os negros norte-americanos; com cristãos e cristãs — enfim — que de maneira bastante clara têm demonstrado seu engajamento pela justiça que leva à paz social.

Lendo e estudando o evangelho de João, redescobrimos a relação entre a criação, a escatologia e a utopia e fomos desafiados à reconstrução de utopias na perspectiva do Reino de Deus; justiça, paz, alegria, prazer, solidariedade e amor. Vivenciando o momento histórico e privilegiando aqueles que sofrem todo tipo de exclusão, especialmente os que perderam a capacidade de sonhar com um novo dia, somos chamados a dar "a razão da nossa esperança", entendendo-se como virtude teológica: "agora, pois, permanecem a fé, a esperança e o amor". Entendemos que a esperança nasce no momento em que aceitamos que nossa dignidade humana foi resgatada pela dignidade maior, Jesus Cristo.

Afirmamos que Deus age na História, por isso ela é surpreendente e imprevisível. O MEP alegra-se com todas as ações concretas na luta em favor das crianças e adolescentes, dos trabalhadores sem-terra e com as notícias da crescente conscientização política dos evangélicos.

Com humildade, oração, comunhão e compromisso de serviço, convidamos os cristãos brasileiros a este mutirão conosco para que celebremos a cada dia a possibilidade, demonstrada historicamente, de reconstruirmos utopias e vivermos firmados na esperança.

Documento final do II Congresso Nacional do Movimento Evangélico Progressista (MEP), realizado de 6 a 9 de junho em Alagoas.



J.R. Ripper

Como evangélicos, comprometidos com a transformação e o não-conformismo, denunciemos o processo de concentração de renda que beneficia banqueiros, latifundiários e políticos burocratas em detrimento dos sem-terra, sem-teto, meninos de rua, trabalhadores em geral e aposentados que vivem um período de aflição e desesperança